

memória CULT

Ouro Preto - MG - Brasil - Ano V - nº15 - dezembro de 2015



“Esquartejado pelo esquecimento”
a história de Chico Cascateiro

Nhá Chica: novas pesquisas alteram sua
biografia, por Antônio Clarét Maciel Santos

Entrevista:
Amílcar Martins



OLEGÁRIO MACIEL, BIAS FORTES E RAUL SOARES. ANTES DE FAZEREM PARTE DO SEU CAMINHO, ELES FIZERAM PARTE DA NOSSA HISTÓRIA.

As personalidades e os fatos que definiram os rumos da democracia mineira estão mais presentes na sua vida do que você imagina. Para preservar e recontar a história do Parlamento no Estado, a Assembleia criou o Memorial da Assembleia de Minas.

A exposição é uma oportunidade para os mineiros conhecerem a trajetória do Legislativo desde os primórdios até os dias de hoje, da produção legislativa à criação de novos canais de participação popular, passando pelo papel da Assembleia em momentos de mobilização política da nossa sociedade.

**Venha conhecer mais sobre o
Memorial da Assembleia de Minas.**

Funcionamento:
de segunda a sexta,
das 8h30 às 18h30

Endereço:
Rua Rodrigues Caldas, 30
Santo Agostinho – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-921

A capa moderna desta edição da Memória CULT vem reafirmar que esta publicação caminha de mãos dadas com seu tempo, valorizando nossos artistas e de olhos abertos para o novo. Neste caso, a obra do artista plástico Glauco Moraes vem ainda mais embelezar e valorizar nossa revista, que sempre se pautou pelas artes plásticas em sua capa, focando destacados artistas mineiros e brasileiros, desde o seu primeiro número.

Dando sequência à edição que ora apresentamos, trazemos como entrevistado o acadêmico, escritor, historiador e bibliófilo Amilcar Martins, que fez da sua paixão pelos livros sua profissão de fé, sua devoção diária. Nela, histórias da capital de todos os mineiros também são relatadas.

Seguindo adiante, um breve registro dos cinco anos da Comenda da Liberdade e Cidadania, que fez da união entre as cidades irmanadas pelo Mártir da Pátria, Tiradentes, um palco anual da celebração da vida e obra de Joaquim José da Silva Xavier. Neste ano de 2015, mais uma bela cerimônia foi apresentada na Fazenda do Pombal.

Mergulhando em nossa história recente, resgatamos o legado de Chico Cascateiro, português originário que deixou no Circuito das Águas seu melhor bocado, fazendo escola nas terras sulmineiras, artigo fundamentado no documentário “Chico Cascateiro – artesão naturalista”, de Manoel Mata Machado e Eustáquio Gorgone e com material cedido por Bruno Terra Dias.

Em pesquisa de J. Afrânio Vilela, encontramos um julgamento de Rebolo no Quilombo do Rei Ambrósio, mais uma inusitada história passada nessas Minas Gerais. Encontramos ainda um bom relato acerca de Cemitérios, única certeza do fim de todos nós, de autoria de Bruno Terra Dias. Rememoramos ainda, as tragédias provocadas pela mineração em Minas Gerais, o que vale perguntar: até quando? Questiona Marcos Paulo de Souza Miranda.

Finalizando esta edição, temos um artigo sobre a comunidade judaica de Belo Horizonte.

Trazemos, ainda, um descoberta histórica sobre a “santinha do Brasil”, Nhá Chica, pesquisa de Antônio Clarét Maciel Santos.

Finalizando, Jurandir Persichinni Cunha, conta uma história proibida pelo golpe de 1964.

Assim fechamos mais uma edição desta Memória CULT, que, ressaltamos, não tem qualquer relação com a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais que dirigimos, sendo executada em gráfica particular, viabilizada pela recorrente presença e participação de amigos e parceiros nesta paixão maior pela memória, cultura e pela história mineira e brasileira.



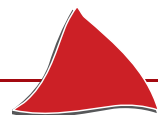
Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi o Superintendente em MG de 1998 a 2011.

É o Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



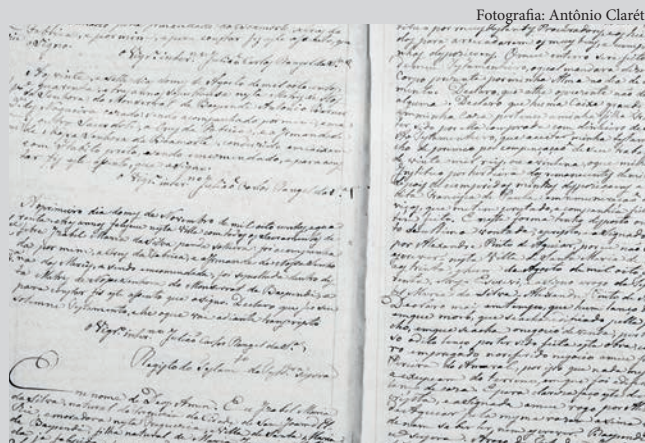


Sumário



Fotografia: Bruno Dias

09 **Francisco da Silva Reis**
o Chico Cascateiro



Fotografia: Antônio Clarét

25 **Descoberta histórica sobre Nhá Chica**
por Antônio Clarét Maciel Santos

04 **Página do Artista**
Glauco Moraes

05 **Entrevista: Amílcar Martins**
por Petrônio Souza Gonçalves

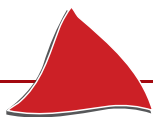
08 **Comenda da Liberdade e Cidadania**
5 anos

14 **A Themis Negra, Deusa da Justiça e da Vingança, no julgamento de Rebolo no Quilombo do Rei Ambrósio**
por J. Afrânio Vilela

20 **Cemitérios**
por Bruno Terra Dias

22 **Mineração e tragédias em Minas Gerais. Até Quando?** por Marcos Paulo de Souza Miranda

29 **Uma história proibida pelo golpe de 1964**
por Jurandir Persichinni Cunha



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: **memoriacult@gmail.com**. A Memória CULT poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Com satisfação agradeço a gentileza do envio da revista “Memória CULT”, verdadeira coletânea de valiosas entrevistas com personalidades políticas e culturais, todas empenhadas em dizer, contar e resguardar Minas, numa perfeita sintonia de respeito ao passado de nosso Estado, de onde extraímos lições para o presente e o futuro.

[...] Permito-me lembrar neste momento, palavras do Prof. Aluísio Pimenta quando de sua perseverante luta pela educação, de que um povo que não cultua sua história torna-se, um povo, um nação sem memória.

Parabenizo o prezado e ilustre Diretor da Memória CULT pelo zelo com que os detalhes do nosso patrimônio histórico são catalogados.

[...] Com votos de continuado sucesso,

Wanda Júlia de Carvalho Lacerda

**Presidente da Fundação de Apoio e Desenvolvimento
de Educação, Ciência e Tecnologia de MG**

Acuso recebimento de exemplar da Revista Memória CULT nº 14, de setembro de 2015. Agradecendo pela gentileza, apresento cumprimentos a Vossa Excelência, bem como à toda equipe envolvida na edição do material que, a cada nova publicação, cumpre o papel ao qual se propôs, qual seja, o de preservar a memória e a cultura da nossa Minas Gerais.

Renovo minhas considerações,

**Conselheiro Wanderley Ávila
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**



ÚLTIMA EDIÇÃO

A edição de número 14, a Revista Memória CULT, entre outros assuntos, trouxe uma entrevista com o Secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo.

EXPEDIENTE **memória** CULT

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano V - nº15 - dezembro de 2015

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto do quadro da capa | acervo do artista

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa

Glauco Moraes

ARTISTA REVELAÇÃO DO NOVO MILÊNIO



Fotografias: Acervo do artista

O cotidiano de Glauco Moraes ramifica-se entre as diversas funções como: diretor da Maison Escola de Artes; professor de artes visuais e curador de galerias e espaços culturais. Nessa vida dinâmica, desenha e pinta pela manhã, leciona a tarde e a noite, ainda encontra tempo para planejar exposições de artistas da sua escola.

“Descoberto” pela historiadora e crítica de arte Guiomar Lobato, Glauco Moraes, está sendo considerado uma das revelações do novo milênio. Em seu trabalho artístico, a figura é o seu mote principal, no entanto, trafega pelo expressionismo, passando pelo geometrismo. E às vezes – não se sabe se consciente ou inconscientemente – alcança o surrealismo e até o cubismo.

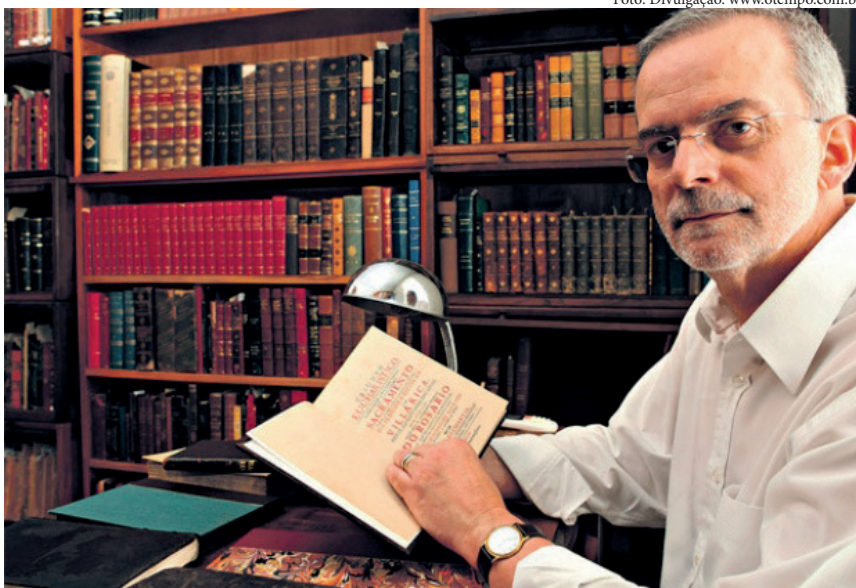
Glauco Moraes surpreende por seu conjunto variado, nos remetendo a Edward Munch, Basquiat, Louise Borgeois, Mira Schendel, e até o papa maior da pop art Andy Warhol.

Morgan da Motta: jornalista e crítico de arte, membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte e Associação Internacional de Críticos de Arte – ABCA/AICA





Foto: Divulgação. www.otempo.com.br



Amílcar Martins Filho

e o amor
devocional e
incondicional
pelos livros

Petrônio Souza Gonçalves*

A paixão sempre motivou as grandes obras da humanidade em todos os tempos. E é a paixão devocional pelos livros e pela literatura que norteou o acadêmico, escritor, historiador, bibliófilo e vice-presidente da Academia Mineira de Letras, Amílcar Martins Filho, a criar o Instituto Cultural Amílcar Martins, em que o acervo de mais de 12.000 títulos e cerca de 40.000 volumes estão abertos ao público e pesquisadores. O Instituto conta ainda com uma belíssima coleção mineiriana, reunindo livros autografados dos maiores escritores mineiros em todos os tempos.

Sobre o seu acervo e a criação do Instituto fala à revista Memória CULT o acadêmico Amílcar Martins Filho, que fez de sua louvável iniciativa uma referência para estudiosos, pesquisadores, leitores e amantes da literatura pátria.

MC – O senhor e sua família fazem parte da história de Minas e em especial de Belo Horizonte. Como é olhar para trás e ver este legado pelos cantos da capital mineira?

Amílcar – Tenho grande orgulho de ser mineiro de Belo Horizonte. Na verdade, tanto meu pai como minha mãe, que se estivessem vivos teriam mais de 100 anos, nasceram em Belo Horizonte, assim como todos meus irmãos, cunhadas, minha mulher, meu filho e quase todos meus sobrinhos. Ao longo de toda a sua vida meu pai teve uma presença forte na vida cultural de Belo Horizonte, tendo sido professor durante 60 anos na UFMG, além de participar de várias entidades culturais da cidade, especialmente aquelas ligadas à música, que era uma de suas paixões. Além disso, também meus irmãos tem tido uma presença

importante como professores, historiadores, médicos, engenheiros e economistas. Minha mulher também é professora titular da UFMG e o meu filho acaba de se formar na Escola de Música da UFMG e está começando uma promissora carreira de músico e produtor cultural. Tenho grande orgulho e senso de responsabilidade de tentar dar continuidade a presença de nossa família na vida cultural de Belo Horizonte e Minas.

MC – Foi neste ambiente familiar que a paixão pelos livros começou?

Amílcar – Certamente devo ao ambiente familiar em que fui criado a minha paixão pelos livros e pelas manifestações da cultura. Meu pai tinha uma grande biblioteca e nossa casa era freqüentada por grandes intelectuais mineiros,



“Entre os 12.000 títulos da coleção, mais ou menos 1.800 são obras raras, incluindo os livros do século XVIII, XIX e as quatro primeiras décadas do século XX.”

como vários professores da universidade, como Lincoln Prates, Eduardo Cisalpino, Marcelo Vasconcelos Coelho, Alúcio Pimenta (todos ex-reitores da UFMG) e ainda Angelo Machado, Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Waldemar Versiani e tantos outros.

MC – Quanto ao Instituto Cultural Amilcar Martins, o que o motivou a criá-lo e qual o seu acervo nos dias de hoje?

Amilcar – A criação do ICAM foi consequência de uma coleção mineiriana que comecei a formar nos primeiros anos como estudante de história e depois como estudante do mestrado de ciência política e do doutorado em história na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Quando a coleção chegou a mais ou menos 5.000 livros, tivemos a idéia de criar o instituto para dar acesso ao público ao acervo e desenvolver outras atividades para preservara a memória da história e cultura de Minas. Hoje o acervo reúne mais ou menos 12.000 títulos com cerca de 40.000 volumes.

MC – Como se dá a manutenção tanto da instituição como de todo o seu acervo?

Amilcar – A única fonte de receita do ICAM são as leis de incentivo à cultura. Com a crise da economia, estamos tendo uma enorme dificuldade para manter todas as atividades.

MC – Quais as obras raras que integram o acervo literário do Instituto?

Amilcar – Entre os 12.000 títulos da coleção, mais ou menos 1.800 são obras raras, incluindo os livros do século XVIII, XIX e as quatro primeiras décadas do século XX. São livros, opúsculos, periódicos e mapas, alguns extremamente raros.

Podem ser citados o Triunfo Eucarístico, de 1734; o Aureo Trono Episcopal, de 1749; A Prodigiosa Lagoa, de 1749; várias primeiras edições dos poetas incondidentes e de muitos poetas do século XVIII, além de uma coleção de literatura moderna de autores mineiros, todas em primeira edição autografada para outros intelectuais. São livros de Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Cyro dos Anjos, Eduardo Frieiro, Murilo Rubião, Henriqueta Lisboa, Alphonsus Guimarães, pai e filho, Autram Dourado, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Murilo Mendes, Helena Morley, Pedro Nava e Tantos outros. O nosso catálogo, com mais de 10.000 títulos, está no nosso site: www.icam.org.br.

MC – Atualmente o senhor é o primeiro vice-presidente da Academia Mineira de Letras, como é conviver neste sodalício de tantas histórias e tradição em nosso Estado?

Amilcar – A minha eleição para AML foi um dos maiores prêmios que já recebi. Tenho o privilégio de conviver com grandes intelectuais escritores e pensadores da nossa época.

MC – E sobre a sede da Academia, que funciona no palacete que pertenceu à família do senhor. Muitas histórias e muitas lembranças?

Amilcar – Para mim é um privilégio voltar a frequentar a casa do meu avô materno, Eduardo Borges da Costa, que trás muitas lembranças da minha infância e juventude e da minha família.

O Instituto Cultural Amilcar Martins

Fundado em 2001, tem como objetivo principal o estudo, a preservação e a divulgação da história e da cultura de Minas Gerais, através de iniciativas como programas de fomento à produção de pesquisas, promoção de seminários sobre assuntos mineiros e celebração de convênios com entidades públicas e organizações não governamentais. São promovidos também, cursos de conservação e restauração de livros e documentos, eventos como exposições de iconografia e de obras sobre Minas, bem como outros projetos que envolvam a história e a cultura do nosso Estado.

Com estes objetivos, e com o espírito de estreita colaboração com os centros já existentes – Centro de Estudos Mineiros da UFMG, Departamentos de História das Universidades e faculdades do Estado, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, IEPHA, IPHAN-MG, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Academia Mineira de Letras, Academia Municipalista de Letras, Academia Mineira Feminina de Letras, Fundação João Pinheiro, FAOP, BDMG Cultural, Institutos Históricos e Academias de Letras de diversas cidades do interior do Estado, arquivos municipais, entre outros – que tanto serviço têm prestado à história e à cultura de Minas –, o ICAM recebe de braços abertos todos os estudiosos de assuntos mineiros.

Todos os projetos e atividades do Instituto Cultural Amilcar Martins são financiados através do patrocínio das Leis de Incentivo à Cultura.

Sua sede, com aproximadamente 500 m², possui uma biblioteca com capacidade para mais de 20.000 obras, uma sala de obras raras, duas salas de consulta e uma sala de pesquisa com terminais de computadores conectados à internet. Conta ainda com uma oficina de restauro e encadernação de livros e um auditório com capacidade para 40 pessoas.

Além disso, o ICAM está equipado com elevadores e demais recursos para receber adequadamente pessoas portadoras de necessidades especiais.

A criação do Instituto Cultural Amilcar Martins pretende significar, não apenas um novo centro de estudos e de pesquisas sobre o nosso Estado mas também, e sobretudo, a celebração do imenso orgulho de sermos mineiros.

*Jornalista



Foi lançado, em setembro de 2015, na Academia Mineira de Letras o livro “Livraria Mineira: catálogo da notável e preciosa biblioteca mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins contendo mais de dez mil referências bibliográficas sobre a história e a cultura de Minas Gerais”. Trata-se sem dúvida, da mais importante obra de referência já publicada sobre a história e a cultura de Minas Gerais.



Comenda Liberdade e Cidadania 5 anos

Em novembro de 2015, aconteceu a 5ª edição da Comenda da Liberdade e Cidadania, que foi entregue no dia 14, na Fazenda do Pombal, local de nascimento do Herói Nacional, o Tiradentes.

A principal novidade foi o Novo Decreto Conjunto das Municipalidades de Ritápolis, São João del-Rei e Tiradentes que, através de seus prefeitos e presidentes das Câmaras, diminuíram consideravelmente o número de agraciados, face ponderações da Chancelaria, para maior valorização da efeméride.

Neste ano, a cidade anfitriã foi Tiradentes, que realizou um encontro de jornalistas na véspera da entrega da Comenda. Outro evento muito prestigiado foi o Seminário “Meandros da Inconfidência Mineira”, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, nos dias 12 e 13. Além de palestras com vários especialistas e pesquisadores, aconteceu, também, uma mostra sobre o Padre Antônio Vieira e lançamento de livro (Bárbara Eliodora, muito mais que bela de José Cláudio Henriques) e distribuição gratuita de livros e revistas. O evento aconteceu na Câmara Municipal de São João del-Rei.



Fotografia: Maurílio Rezende

A cerimônia solene de outorga da Comenda da Liberdade e Cidadania, foi presidida pelo Secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira, que representou o Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel.



Fotografias: IHGSJDR

Exposição sobre Pe. Vieira, ao lado, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, José Cláudio Henriques, ladeado pelo Desembargador Rogério Medeiros e pelo ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira

História

“Esquartejado pelo esquecimento”



Francisco da Silva Reis, o Chico Cascadeiro. Ganhou esse apelido pela população, pois usava muito o elemento água em seus trabalhos. Ele tinha o hábito de fazer coretos incrustados em cascatas. Foram várias construídas, em residências de Caxambu e também em outras cidades e fazendas.

Cabe aqui registrarmos que este artigo que a Memória CULT apresenta, tem como fonte o documentário “Chico Cascateiro – artesão naturalista”, produzido em 2000, projeto e pesquisa dos maiores estudiosos e difusores da obra do Cascateiro, o psicanalista e pesquisador, Manoel Mata Machado e o poeta Eustáquio Gorgone, ambos já falecidos. O Documentário está disponível do site youtube, o restante do material, fotos, reportagens, textos e poemas, foram gentilmente cedido pelo empresário, Bruno Dias, filho de Manoel e grande interessado em dar seguimento ao projeto do pai.

Fotografia: Bruno Dias



Fotografia: Manoel Mata Machado



No final do século XIX, imigrantes de diversas nacionalidades tiveram relevantes papéis na formação sociocultural de inúmeras cidades do Sul de Minas Gerais. Dos seus países de origem trouxeram tradições, costumes, ferramentas e habilidades muito próprias.

Dentre esses imigrantes, estava o português Francisco da Silva Reis, mais conhecido como Chico Cascateiro, um habilidoso artesão que se destacou ao deixar em várias cidades do Circuito das Águas, seu inconfundível trabalho de estucador, construindo coretos, bancos, fontes, cascatas e pontes, utilizando sempre o cimento armado e a argamassa.

Existem poucas informações sobre a vida deste artista, não havendo sequer uma fotografia dele. Sabe-se que chegou a Caxambu ainda no início do século XX, vindo, provavelmente, do Rio de Janeiro, onde trabalhara em residências e na reforma dos jardins do Palácio do Catete.

Trilhando o caminho das águas, nas vertentes da Mantiqueira, Cascateiro realizou obras em Caxambu, Carmo de Minas, Passa Quatro, Conceição do Rio Verde e Contentas. Existem belos trabalhos em fazendas, como a do Banco, em Cristina, e na Fazenda Goialbal, no município de Itajubá.

Em Caxambu, suas obras estão por toda a cidade, mas o acervo mais expressivo encontra-se no Parque das Águas, cujo complexo foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

Incompreendido pelos artistas da época e confundido pela população como mais um talentoso pedreiro, Francisco da Silva Reis recebeu, em vida, pouco reconhecimento público pelo seu especial talento. O único registro sobre a importância artística do seu trabalho foi encontrado no jornal “Cidade de Caxambu”, em uma edição de setembro de 1918.

O Caramanchão

Por todos os lados
o vento rodeia o caramanchão.
E nele sorve, em seus gomos,
o cimento.

Não aferimos isso pelo olhar
mas ao toque nos damos conta
do sucedido.

No terço oco dos bambus,
a alma umidece a argamassa.
Flexível, o ferro se verga e o céu
paredão de pedras azuis
busca ali o seu decalque.

Eustáquio Gorgone



Fotografias: Bruno Dias

O mérito e valor artístico de Francisco da Silva Reis, não estão apenas na perfeição com que criava troncos retorcidos ou bambus, mas na matéria prima escolhida por ele para executar as obras: a argamassa, uma mistura de cimento, óleo de baleia, areia e cerâmica. Ordenava seus trabalhos com ferramentas que ele mesmo criava, desenvolvia, também, suas próprias tintas que misturadas à massa resultavam na textura do sapé, dos troncos, do cipó e do bambu maduro.

Elementos por excelência da arte naturalista, a água, as árvores e as pedras se conjugam na obra de Francisco da Silva Reis. Além da beleza inspirada no mundo mineral-vegetal, as obras revelam um mundo lúdico e ecológico, sem artificialismos. Os troncos de cipós dos caramanchões se enredam numa obra prima, acolhedora de signos da infância, enquanto que o frágil sapé e a madeira em decomposição nos remetem à última etapa da vida: a velhice.

Alguns símbolos e inscrições são recorrentes na obra de Chico Cascadeiro. Muitos destruídos pela ação do tempo ou por restaurações equivocadas. Mas é possível constatar que mesmo ignorado pelo chamado “mundo oficial das artes”, ele tinha plena consciência do seu talento e da importância artística de suas realizações, como provam as assinaturas que imprimiu em diversas obras.



Projeto Francisco da Silva Reis

Manoel Mata Machado, com objetivo de divulgar o espetacular trabalho do Chico Cascateiro, promoveu exposições fotográficas e foi buscar junto às leis de incentivo à cultura, recursos para levantamento e registro da vida e da obra deste artista. Com o trabalho de Mata Machado, a imprensa chegou a divulgar, ainda que timidamente, algo a respeito do “artesão naturalista”.

Segundo Manoel, o material que levantou é resultado de anos de pesquisa. “Há mais de 20 anos venho colhendo informações a respeito de Francisco da Silva Reis e sua obra, vou documentando fotograficamente seu trabalho. A maioria dos dados colhidos foram transmitidos oralmente por pessoas que o conheceram ou trabalharam com ele. A maioria das fontes de informação eram pessoas idosas. Concluindo, consideramos oportuna e urgente a concretização deste projeto, cuja finalidade é ampliar os recursos técnicos/financeiros e humanos necessário à obtenção de mais dados a respeito da biografia, trajetória histórica e obra de Chico Cascateiro”. Escreve ele em um de seus projetos propostos ao Ministério da Cultura.



Quem conhece o Chico Cascateiro, de Caxambu?

Antônio de Paiva



O TRABALHO de Chico Cascateiro está ficando mais conhecido

Caxambu lança projeto "Chico Cascateiro"

HIRANI FRIMONTO

O Parque das Águas de Caxambu ganha mais uma atração turística, a partir desta sexta-feira, dia 20. Anunciada há 20 dias, já a beleza arquitetônica de seu famoso balneário, o prefeito municipal, Marcos Gadelha, lançou a "Exposição Fotográfica Chico Cascateiro", artista de origem paranaense que trabalhou na construção do parque, no início do século, deixando um expressivo e rico acervo no local de suas cascatas e fontes de águas minerais. Pensador de uma técnica singular, Chico Cascateiro, como ficou conhecido Francisco da Silva Reis, foi o primeiro artesão que se tentou

reconstruir o balneário de Chico Cascateiro. Sua obra contém registros de sua vida e obra, desde a infância até a morte, em 1987. A exposição é organizada por Manoel Mata Machado, que trabalhou com Chico Cascateiro durante anos. O projeto é financiado pelo Conselho Municipal de Cultura de Caxambu.

Para Manoel Mata Machado, esta exposição visa sensibilizar a sociedade sobre o valor e importância de Chico Cascateiro, artista cuja arte, datada do início do século, encontra-se perfeitamente atualizada com o pensamento ecológico de nosso tempo.

"Chico Cascateiro" coloca Caxambu em evidência

Segundo o Prefeito Marcos Gadelha, "nesses dias de crise, este projeto que faz grande e importante divulgação em Caxambu. Resgatar sua memória é uma forma que temos de preservar esta história e trazer à sua importância para a cidade. Tratar a arte que, no início do século, encontra-se atualizada com o pensamento ecológico de nosso tempo. Para Manoel Mata Machado, esta exposição visa sensibilizar a sociedade sobre o valor e importância de Chico Cascateiro, artista cuja arte, datada do início do século, encontra-se perfeitamente atualizada com o pensamento ecológico de nosso tempo.



Chico Cascateiro tocando um instrumento musical

A exposição já despertou interesse da mídia antes mesmo de sua inauguração.

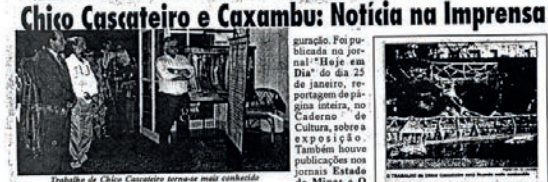
Em setembro de 1987, o jornal 'Folha de Caxambu' publicou uma reportagem sobre o trabalho de Chico Cascateiro, destacando sua importância para a cidade e para o turismo de Caxambu.

A monumental obra de Chico Cascateiro em Caxambu

Exposição fotográfica do projeto "Chico Cascateiro" em Caxambu. O projeto é financiado pelo Conselho Municipal de Cultura de Caxambu. A exposição já despertou interesse da mídia antes mesmo de sua inauguração.

FOLHA DE CAXAMBU

INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL - ADM. 97/1000 - FEVEREIRO 93 - Nº 3



Trabalho de Chico Cascateiro torna-se mais conhecido. Com o total apoio do Prefeito Marcos Gadelha no dia 30 de janeiro, foi inaugurada a Exposição Fotográfica do Projeto "Chico Cascateiro", no Balneário do Parque das Águas. Estiveram presentes autoridades e lideranças municipais e personalidades ligadas à cultura da esfera estadual e federal. Com fotos e coordenação de Manoel Mata Machado, esta exposição visa sensibilizar a sociedade sobre o valor e importância de Chico Cascateiro, artista cuja arte, datada do início do século, encontra-se perfeitamente atualizada com o pensamento ecológico de nosso tempo.

Mais três quadras inauguradas

Três novas quadras de esportes foram inauguradas no Parque das Águas de Caxambu. O projeto é financiado pelo Conselho Municipal de Cultura de Caxambu.



É pau, é pedra...

Um artesanato de muito futuro. O trabalho de Chico Cascateiro é considerado um dos mais importantes da arte popular brasileira. Sua obra é caracterizada pelo uso de materiais naturais e pela busca da harmonia entre a natureza e a arte. O projeto é financiado pelo Conselho Municipal de Cultura de Caxambu.



Samambá: Jardim Público

Fotografia: Divulgação



Fotografias: Manoel Mata Machado



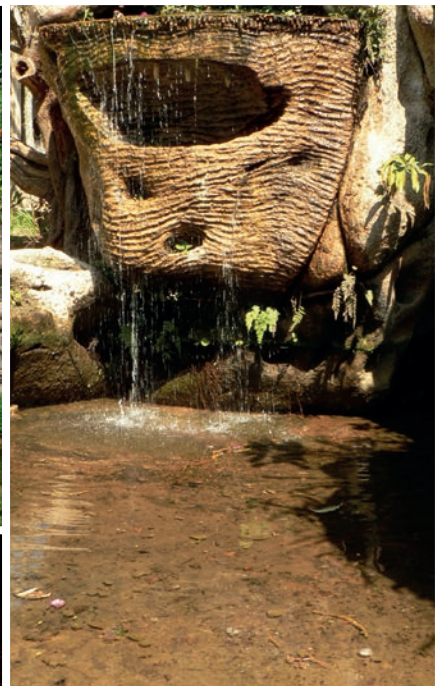
“Sua obra, deitada no chão e sob a vergasta de samambaias e quedas d’água, ainda se move inocente e próxima aos novos edifícios, que fartamente exibem rigidez e senilidade. A largura e o peso dos troncos, o cipóal, os bambus em flauta, os banco curvos e os tufos de sapé compõem um libreto redigido em cimento e ferro frente ao vácuo das grandes dimensões oferecidas pela nova arquitetura urbana.”

Francisco da Silva Reis

Hoje gravado FSR,
português,
esquartejado pelo esquecimento,
ainda atrai nosso olhar
para suas modelagens.
Água e cimento unidos
contorcem-se como noivos
bambus de argamassa brotam
contra o tempo.
No limite da madeira podre,
FSR, entalhador,
espera por nossa tardia
já repleta de embriões reverência.

Eustáquio Gorgone

Fotografias: Bruno Dias





A Themis Negra, Deusa da Justiça e da Vingança, no julgamento de Rebolo no Quilombo do Rei Ambrósio

J. Afrânio Vilela*

Nas cabeceiras do Rio que corta o sertão oeste de Minas Gerais, nas proximidades do Morro da Espia, nas terras altas, a traição motivou uma grande batalha, com heroica resistência de quilombolas e milhares de mortes. O traidor tornou-se réu. O julgamento obedeceu aos rituais e às leis africanas, que prevaleceram em terras brasileiras, no Quilombo do Rei Ambrósio.

Na segunda metade do século XVIII, Portugal aumentava e cobrava desenfreadamente os impostos, principalmente o da capitação, em razão da decadência aurífera.

Naquele tempo, na região denominada “Campo Grande”, foram se formando mais de 40 povoados em Cristais e Bambuí. O aumento do movimento negro de resistência coincidiu com a maior necessidade do Governador Gomes Freire de arrecadar tributos, pois além da decadência aurífera, era época em que a Corte estava distribuindo sesmarias àqueles que possuíam riquezas e tinham condições de abastecer a Corte com regalias. E a fuga de pessoas, mesmo que fossem negros e índios, diminuía a arrecadação. Em razão disso, diversas expedições foram montadas pela Coroa Portuguesa para dizimar os fugidos e agregados. Bartolomeu Bueno do Prado comandou carnificinas em mais de 27 vilas, espalhando guerra e sofrimento por vários anos nessas terras.

Sob o comando do negro Ambrósio, filho de rei africano, que fora escravizado e traficado para o Brasil, sendo comprado por Jesuítas ao ser posto à venda no mercado de escravos do Valongo, no Rio de Janeiro, foi formado o Quilombo do Ambrósio, cuja abrangência chegou a ultrapassar a do “Campo Grande”.

“Ambrósio era um príncipe em Terras Africanas. Fora reconhecido pelos jesuítas como homem purificado, bom e leal.”



Por volta de 1759, diversos Quilombos dentro do “Campo Grande” haviam sido extintos e seus moradores executados, mas estima-se que restavam cerca de duas mil almas. O Negro Ambrósio, já forro, como recompensa pelo serviço prestado e pela confiança que lhe era depositada, recebeu ordens dos jesuítas, para ali fundar um novo Quilombo, juntamente com duzentos homens à sua escolha. Nessa empreitada, tinha como imediatos os negros Wrumeia e Hyunhguera.

Ambrósio era um príncipe em Terras Africanas. Fora reconhecido pelos jesuítas como homem purificado, bom e leal. Comprado juntamente com Cândida, sua companheira até a morte, mulher razoavelmente educada para a época, por ser negra. Já Ambrósio fora educado pelos jesuítas e defendeu-os até sua chegada a Sant’Anna.

No Quilombo imperavam a lei e a hierarquia, sendo o Rei Ambrósio respeitado pelos demais moradores, quilombolas ou índios, forros ou fugidos. Era adorado! O Quilombo era uma organização social. Cada quilombola tinha sua função: guarda, caça, escambo, criação de animais, etc. A religião era a católica e o casamento era obrigatório, mas algumas tradições da mãe-África eram respeitadas. O Quilombo chegou a ter vários milhares de habitantes. Era protegido por uma muralha e um só portão, com ponte levadiça. Os tesouros ficavam escondidos em locais sabidos apenas pelo Rei Ambrósio. A paz reinou durante muitos anos. E o império cresceu, chegou ao seu apogeu. A fama “correu mundo”.

Na lei ambrosiana todo homem devia ter sua companheira, sua esposa. Todavia, o recém-adquirido escravo Pedro Rebolo, descrito como de bom porte, ativo e sem companheira, importunou duas quilombolas, sendo uma delas casadas, chegando a ferir o pai da jovem solteira. Julgado pelo Rei, foi punido com chibatadas e colocado a ferros e sentenciado com o banimento no oitavo dia. Em seguida, foi preso na cadeia do Quilombo. Mas mostrou-se arrependido e foi perdoado e solto, não sendo banido.

Todavia, numa noite de festividade religiosa, Rebolo fugiu para Vila Rica e denunciou a localização do Quilombo às autoridades, todo o esquema de segurança e suas riquezas, porque ainda estava ressentido do castigo. Força pública foi arregimentada para combater o quilombola Ambrósio e seu povo.

Caturra, o padre jesuíta espanhol que fora senhor de Ambrósio, e já havia morado no Quilombo, mas voltara a Portugal para adquirir escravos, acabando por ser escravizado também, quando seu navio foi alvo de piratas, ao ser liberto e voltar ao Brasil, tornou-se soldado raso em Vila Rica. E, sabedor da incursão contra o Quilombo de Ambrósio, tentou avisar o Rei, seu ex-escravo. Porém, não conseguiu! Tendo que participar da incursão ao Quilombo.

Avisado pelas sentinelas do Morro da Espia a tempo de fugir, Ambrósio resolveu ouvir seu povo, como todo Rei soberano faria para legitimar a decisão. O Povo de Ambrósio escolheu ficar e lutar, a ter que se submeter a novo período de escravidão.





No ataque, os guardas foram mortos silenciosamente por flechas certeiras, disparadas por Rebolo e pelos índios da expedição, durante toda a madrugada. Já com o nascer do sol, as tropas do governo avançaram e adentraram as paliçadas, desencadeando feroz ataque a mulheres e crianças. Várias horas de luta se seguiram. Gritos angustiantes e pedidos de socorro e misericórdia, os indefesos pediam. Ambrósio e seus comandados usaram armas de fogo, mas a munição chegou ao fim. A desigual luta continuou por quase sete horas. Arcos e flechas contra a fuzilaria. O Povo de Ambrósio sucumbia! O mais perfeito movimento de resistência africana dentro do Brasil colonial e modelo de organização social era desmantelado. Os remanescentes permaneceriam como prova para a história.

A lei ambrosiana mandava fosse feito o sacrifício coletivo para não ser o povo escravizado. E ao concluir pela iminente derrota, seus comandados deram início ao cumprimento da lei e começaram a degolar os súditos que se apresentavam voluntariamente para o sacrifício. O Rei Ambrósio e a rainha Cândida vestiram suas melhores roupas. Ele usava tecidos importados, com camisa de linho e casaca com galões dourados e botões de ouro, calças com listras vermelhas nas laterais, chapéu denominado de Braga, com bambolins, botas de cano alto, pretas, justas e de bico fino. Esporas de prata, uma espada na cintura, duas pistolas, um punhal e uma espingarda inglesa, de dois canos, bordados a ouro e pra-

ta. Ela, com as roupas coloridas e os adereços especiais que as mulheres negras importantes mereciam usar. Como Rei e Rainha assistiam impassíveis ao cumprimento da lei!

A matança do próprio povo para evitar nova escravidão foi interrompida pela chegada da Força do Governo, comandada por Bartolomeu Bueno do Prado. Ambrósio postou-se com a altivez que sua figura real exigia, especialmente perante seus súditos e comandados. Majestosamente e com o orgulho de quem sabia governar, olhou profundamente o inimigo nos olhos. O representante do Governo disse: “- vosmecê é o cacique?”. Respondeu Ambrósio: “ – Cacique é chefe de índios. Não sou índio. Sou um Zambi, um Rei na África. O Rei deste Povo livre, que vosmecê matou.” Ambrósio negou a rendição pacífica e incondicional ofertada, mas propôs a vida e liberdade de seus súditos em troca de grande quantidade de riqueza lá escondida. O Comandante não aceitou, porque acreditava que encontraria facilmente o tesouro. Ao carrasco deu ordem de execução. Um alfanje curto, largo e pesado, próprio para o ato extremo, foi utilizado, sem maiores cerimônias, degolou Ambrósio e depois Cândida, que assistiu morrer, impassível, sem chorar, seu amado de tantas décadas. Assim se seguiu, com gritos de misericórdia de quase todos os súditos ali reunidos. Com os últimos lampejos do sol poente, o Reino de Ambrósio chegava ao fim e tingia de vermelho as águas do rio que passava próximo.

Fotografia: Divulgação

*Respondeu
Ambrósio:
“Cacique é
chefe de índios.
Não sou índio.
Sou um Zambí,
um Rei na
África. O Rei
deste Povo livre,
que vosmecê
matou.”*

Dois importantes súditos a tudo assistiram. Impassíveis, como se frustrados por não terem o destino glorioso de seus Reis. Lágrimas finas rolaram pelas faces de Cabinda, nome que lhe vinculava à origem em Angola, na África, e de Catharina, sua mulher, também africana, fiéis súditos. Tiveram a vida poupada e, interrogados, não souberam dizer sobre o local da guarda do tesouro. Todos os sobreviventes, unanimemente, asseveraram que apenas o Rei sabia o local, fora do Quilombo. As Tropas procuraram em vão!

Cabinda e Catharina tornaram-se súditos agradecidos e diante daquela iniquidade contra sua realeza, desejosos por vingança, marido e mulher, arquitetaram plano de vingança. Catharina, uma negra muito bonita, mostrou-se interessada em Rebolo e, sedutoramente, marcou com ele um encontro em local ermo. Cabinda avisou ao Capitão da Tropa, Feliciano, do ocorrido e exigiu silêncio como condição para indicar-lhe o local exato do tesouro. O Capitão, ganancioso, por isso silenciou-se. Diversos remanescentes quilombolas foram comunicados sobre o destino de Rebolo. O capitão, único militar que acompanhava o acontecimento, foi amarrado, amordaçado e deixado próximo à Vila.

No meio da mata, aonde Rebolo esperava o encontro amoroso, dezenas de quilombolas o dominaram. O silêncio era sepulcral. Apenas o vento e os sons noturnos serviam

solenemente de toque da sineta que prenunciava o importante julgamento. O Fórum era a Mata, suas árvores e riachos que abraçaram Ambrósio em vida; os jurados estavam escolhidos: todos os súditos remanescentes e presentes; as vítimas: o Rei, a Rainha e milhares de pessoas. O réu: Pedro Rebolo. O crime: traição. Hediondo e cruel. Ignóbil! Foi desnecessário o ato formal do pregão, que é o anúncio do caso posto em julgamento. Dispensou-se acusação verbal e defesa. Os fatos dispensavam prova, porque eram verdade sabida pelos jurados que viveram o terror da matança. Catharina caminhou por entre as árvores de onde impassivelmente a tudo assistia. Vestia branco. Estava adornada segundo a tradição do povo Bantu, de origem no Congo, África. Como se estivesse em sua Terra Natal utilizava a fita vermelha a tiracolo, o lenço na cabeça e os calçados. A autoridade lhe foi reconhecida pelos modos, pelo andar. O olhar do Conselho de Sentença complementado com o sinal afirmativo da cabeça equivaleu a um acórdão final e irrecorrível de um Tribunal de Justiça: condenação à pena devida: a capital. Caminhou em direção ao condenado Rebolo. Naquele momento Catharina possuía o poder do Rei Ambrósio e julgaria como ele; e como a Juíza disse as palavras apropriadas para o momento solene no dialeto de origem. Cerimoniosamente, retirou da cintura a machadinha e a entregou ao negro Cabinda, que receberia a

honra de ser o verdugo. A frágil e submissa, então sedutora, na formalidade tribal de um julgamento, vestiu-se e procedeu como senhora da justiça e comandou o ritual. Não era mais a simples quilombola, negra e ex-escrava, nem a mulher ultrajada por Rebolo. Ela era a Themis Negra da justiça africana em Terras Mineiras, com olhos vendados e a espada na mão a julgar o maior traidor que aquelas cabeceiras já abrigaram. O costume tribal se manteve: Rebolo teve os pés cortados, para não mais caminhar; as mãos cortadas, para não sinalizar; a língua arrancada, para não mais denunciar; as pálpebras cortadas, para que os olhos sempre estejam abertos, neste e no outro mundo, e contemplar o mal que fez.

Assim era a cada membro do corpo que caía pelo golpe do machado. Antes do término da execução, Catharina despiu-se das vestes de juíza, travestiu-se, então, em Deusa de vingança. Dançando e cantando, aproximou-se do rosto de Rebolo e repetiu nos últimos instantes de sua consciência: “- Eu sou Ambrósio; eu sou Cândida; eu sou Wrumeia; eu sou Hynnhanguera. Eu sou o povo todo que o acolheste e que mataste pela traição! A um sinal de sua mão, a cabeça rolou.

Ainda na escuridão da noite, canoas escondidas foram silenciosamente postas nas águas. E as águas correram em direção ao “quebra-anzol”, e depois rumaram para o Paraíba, levando o restante daquele or-

gulhoso povo. Tempos depois, muitos quilômetros à frente, na “picada de Goiás”, outro Quilombo era edificado. Muitos dele ouviriam contar. Como ouviram antes sobre aqueles outros Quilombos precedentes ao do Rei Ambrósio.

O Quilombo do Ambrósio continuou historicamente edificado na memória do Povo e seus remanescentes e pertences servindo de prova de sua existência, mostrando a importância do movimento de resistência dos negros quilombolas que preferiram a morte à escravidão, como futuramente todos os brasileiros prefeririam o brado da liberdade à margem do Ipiranga ao jugo da Metrópole. Corria fins de 1806 quando Antônio Affonso Lamounier recebia a Carta Régia de confirmação de sesmaria abrangendo a Serra da Marcela e alcançando o Quilombo do Ambrósio, próximo ao segundo braço e a esquerda do Rio São Francisco, na direção do Sertão, assinada por Dom João, Príncipe Regente, em 28 de agosto. Lamounier fechou os olhos e rememorou uma tarde de 1769, quando na condição de cirurgião integrante da Companhia comandada por Ignácio Pamplona, alcançando aquele local, todos ouviram deste que, em razão dos pedidos de clemência que milhares de súditos do Rei Ambrósio lançaram uma década antes, e cujo sangue banhou essas águas: “este será o “Rio da Misericórdia.”

***Desembargador; membro da Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes**

*Rebolo teve os
pés cortados,
para não mais
caminhar; as
mãos cortadas,
para não
sinalizar;
a língua
arrancada,
para não mais
denunciar;
as pálpebras
cortadas,
para que os
olhos sempre
estejam
abertos, neste
e no outro
mundo, e
contemplar o
mal que fez.*

Cemitérios

Bruno Terra Dias*

Preocupações com a origem e o destino são comuns a todas as culturas e civilizações. Nas épocas mais longínquas, registradas em sítios arqueológicos que desafiam paleoantropólogos, encontram-se vestígios comprobatórios de cerimônias fúnebres. Tradições, portanto, que ultrapassam em muito o cristianismo, o judaísmo e religiões outras, muitas já extintas. O ser humano sente necessidade de dar prescrição derradeira ao corpo sem vida de familiares e pessoas próximas.

Os cemitérios, transformados em locais coletivos de respeito e veneração, com esse significado, são recentes na história ocidental. Philippe Ariès, no excelente “O Homem Diante da Morte”, dissecou o tema da situação dos cemitérios, dos ritos e tradições, cristãos ou pagãos, desde tempos remotos. Para cada época uma prática subsidiada pelo significado atribuído à morte e suas consequências. Nada que não se possa afirmar geral e excludente, travando reações de predomínio de determinadas concepções e interesses. Foucault, certamente, indicaria as relações de poder subjacentes.

A morte. Jamais a quisemos solitária, repentina, desassistida dos familiares e amigos, ao abandono, em desconsolo das almas dos que ficam e da que se vai. Entretanto, extinguiu-se o tempo em que sua presença era praticamente premonição, quase um desejo, que permitia convocar todos os interessados àquele autêntico ato de fé, preparando o julgamento de toda a vida. O choro convulso e as lamentações orais intensas, como Carlos Magno diante do corpo do sobrinho, em Roncesvales, também é passado e desconforme às práticas atuais do sentimento contido, sufocado, que nos ameaça encaminhar ao endereço último antecipadamente. Não se imagina, na atualida-

de, uma criação afirmativa dos valores cristãos no evento morte, contrastando com o paganismo, como ocorreu com a Canção de Rolando, na Alta Idade Média. A forma de expressão dos sentimentos, tão notoriamente modificada, não nos impede de reconhecer que existem.

O homem total, cuja alma acreditava-se desprender do corpo no momento do trespasse, para imediato julgamento de toda a sua existência por Deus, foi superado. A dualidade do ser retarda a calma ou a angústia para a data incerta do juízo final. A corrupção do corpo, o carneiro, obituário, ossuário, testamento, ars moriendi, lembranças, memória, inumação ad sanctos, serviços aos mortos, vala coletiva, jazigo, consolação, cemitérios, arquitetura fúnebre, descristianização ritual. Nem tudo foi bom ou correto, mas humanamente ocorreu em sucessões por vezes contraditórias.

O homem nada sabe da história por vir, apenas pode imaginar, expelindo seu hálito na esperança de que alcance posteridade, gere empatia e o ressuscite pela admiração de alguém. Não pode perscrutar as experiências dos seus antecessores impassivelmente, sem se perguntar sobre a servidão voluntária de cada época. Entretanto, a limitação das necessidades brutas de subsistência não o fazem completo, precisa da sofisticação abstrata para se humanizar. Hoje, se morre costumeiramente em sentimento de desamparo, ermo à outrora comum solidariedade, sem visitas, em internações hospitalares que servem apenas o exclusivamente indispensável à manutenção do quadro vital; enterra-se sob lápide simples, sem elogios e com escassa identificação; crema-se, e não há lugar para orações em recolhimento nas datas principais do abrir e do fechar os olhos.



O indivíduo desconhece a viagem em transe de passagem, profundo e eterno sono, ganha o domicílio perene que a família e os amigos derem ao cadáver, pode regalar apenas de receber a absolvição final das incertezas acumuladas. Angelus Novus, de Paul Klee, não será melhor interpretado que por Walter Benjamin, em epitáfio para todos nós.

*Juiz de Direito; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG

MINERAÇÃO E TRÁGEDIAS EM MINAS GERAIS. ATÉ QUANDO?

Marcos Paulo de Souza Miranda*

Minas Gerais tem o seu próprio nome ligado à mineração, atividade que durante o apogeu do ouro e do diamante sustentou, em boa parte, a economia de Portugal. Nos dias de hoje, sem a fatura de pedras e metais preciosos, o minério de ferro é uma das bases da economia do Estado. Mas um lado funesto decorrente das atividades minerárias ao longo de mais de três séculos de exploração é ainda pouco conhecido: a perda de vidas humanas e a destruição do meio ambiente em episódios recorrentes na história do povo mineiro.

Tratando sobre a extração de ouro no Morro de Pascoal da Silva, em Vila Rica, em 1717, o Conde de Assumar deixou registrado em seu diário que os negros faziam “huns buracos mui profundos aonde se metem, e pouco a pouco vão tirando a terra para a lavar; porém esta sorte de tirar ouro he mui arriscado, porque sucede muitas vezes cahir a terra e apanhar os negros debaixo deitando-os enterrados vivos”.



Fotografias: Divulgação

O Barão de Langsdorff, ao percorrer região de Mariana em 1824, registrou: “passamos por um vale pobre e árido, por onde ocorre o rio São José, turvo pela lavação do ouro e em cujas margens se veem montes de cascalhos, alguns até já cobertos de capim. É difícil imaginar uma visão mais triste do que a deste vale, outrora tão rico em ouro”.

Em meados de 1844, na Mina de Cata Branca, município de Itabirito, à época alvo da exploração aurífera por uma empresa britânica, houve o desabamento da galeria explorada e soterramento de dezenas de operários escravos. Segundo os registros, dias depois do acidente ainda eram ouvidas vozes e gemidos dos negros em meio aos escombros. Ante a dificuldade de resgate, foi tomada a decisão de se desviar um curso d’água para inundar a mina, matando os pobres trabalhadores sobreviventes afogados, ao invés de esperá-los morrer de fome.



Sobre o fato, José Pedro Xavier da Veiga deixou registrado nas suas célebres Efemérides Mineiras: “E lá estão enterradas naquele gigantesco túmulo da rocha as centenas de mineiros infelizes, que encontraram a morte perfurando as entranhas da terra para lhe aproveitar os tesouros. A mina conserva escancarada para o espaço uma boca enorme rodeada de rochas negras e como que aberta numa contorção de agonia”.

Em 21 de novembro de 1867, na Mina de Morro Velho, em Nova Lima, um desabamento matou dezesseis escravos e um trabalhador inglês. Dezenove anos mais tarde, em 10 de novembro de 1886, a história se repetiu em Morro Velho. Mais recentemente, rompimentos de barragens nas minas de Fernandinho (1986) e Herculano (2014), em Itabirito; Rio Verde (2001), no Distrito de Macacos, em Nova Lima; e da Mineração Rio Pomba (2008), em Miraf, redundaram em dezenas de outras mortes e prejuízos irreversíveis ao meio ambiente.

No último dia 05 de novembro de 2015, em Mariana, o rompimento de duas barragens da empresa Samarco soterrou quase integralmente o Distrito de Bento Rodrigues, ceifou vidas, destruiu dezenas de bens culturais e danificou de forma severa os recursos ambientais de vasta extensão da Bacia do Rio Doce. Todos sabem que a história é mestra da vida e os fatos adversos por ela registrados devem servir de alerta para o futuro, para que os erros não sejam repetidos.

O aprendizado com os equívocos de antanho deveria impor ao setor minerário da atualidade uma completa mudança de paradigmas. Afinal, temos condições de sermos autores da nossa própria história e não podemos admitir a repetição reiterada desses desastres como algo normal, inerente às atividades econômicas de Minas Gerais.

Entretanto, percebemos que ainda se avultam as inconsequentes condutas induzidas pela ambição do lucro fácil e pelo desdém aos direitos alheios, não raras vezes secundadas pela omissão ou incompetência de autoridades públicas responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental, que se contentam com a adoção de tecnologias ultrapassadas em empreendimentos de alto risco, que raramente são fiscalizados.

A anunciada flexibilização do licenciamento ambiental pelo Governo de Minas, com o nítido propósito de beneficiar, entre outros, o seguimento dos empreendimentos de mineração, segue na contramão do que a sociedade mineira espera e precisa: segurança e respeito aos seus direitos.

É hora de dizer um basta.”

***Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**

Nhá Chica – a Beata de Baependi

Antônio Clarét Maciel Santos*

Novas Pesquisas Alteram sua Biografia



Fotografia: Divulgação

A centenária cidade de Baependi, situada no sul de Minas Gerais, tornou-se um centro de peregrinação da população católica, recebendo diariamente, com maior número aos domingos, centenas de romeiros, vindos das mais variadas localidades do País para louvar Francisca de Paula de Jesus, mais conhecida como Nhá Chica. Esse fenômeno ganhou força e prosperou após a decretação de sua venerabilidade, por parte do Papa Bento XVI, em 2011, ato concretizado em 04 de maio de 2013, naquela cidade, com a presença do Cardeal Ângelo Amato, prefeito da Congregação da Causa dos Santos da Santa Sé.

Nhá Chica, de cor parda, afrodecendente, nasceu em 1808 no povoado de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, proximidade de São João del-Rei, sendo filha natural de Isabel Maria da Silva, esta, igualmente parda. Em data, ainda objeto de contradições, porém, na primeira metade do século XIX, a família de Nhá Chica, composta por sua mãe e três filhos, Theotônio, Maria e Francisca de Paula, transferiu-se para a então Vila de Santa Maria de Baependy. Ali, ela cresceu, manteve-se solteira e faleceu em 1895, cercada de muito respeito por sua vida de oração, prestígio como mulher de fé, amiga dos pobres, empreendedora, pois fez construir um capela para a devoção de Nossa Senhora da Conceição, a quem atribuíam os poderes de que dispunha, tidos pela população como milagres.

Aspectos da Biografia de Nhá Chica Agora Alterados

Muitos são os biógrafos de Francisca de Paula – a Nhá Chica – com destaque para Monsenhor José do Patrocínio Lefort, Frei Jacinto Palazzolo, Maria Helena Pena, Maria José Turri Nicolielo, Irmã Célia S. Cadorin, Rita Elisa Seda e Gaetano Passarelli. Há unanimidade entre os estudiosos quanto ao local e data de nascimento de Francisca de Paula, até porque tais informações têm como base a prova material representada pelo assento de seu batizado, ocorrido em 26 de abril de 1810, na Capela de Santo Antonio do Rio das Mortes (Rita Elisa Seda in “Mãe dos Pobres – NHÁ CHICA” - Editora COMDEUS, 2013, pag. 56 ; Irmã Célia S. Cadorin, Maria Jose Turri Nicolielo e Maria do Carmo Nicolielo Pinho in “Nhá Chica – A Pérola de Baependi”, Associação Beneficente Nhá Chica, 2015, pag. 27; Gaetano Passarelli in “NHÁ CHICA Perfume de Rosa”, Paulinas, 2013, pag. 25).

No tocante à mãe de Francisca de Paula, os autores acima mencionados afirmam ser ela Izabel Maria que, por sua vez era filha de Roza Benguela, conforme assento tido como de seu nascimento datado de 13 de outubro de 1782.

A pesquisadora Rita Elisa Sena, na obra citada, à página 42 diz textualmente, com arrimo em anterior obra do Monsenhor Lefort que o nome correto da mãe de Francisca de Paula era “Izabel Maria Egipcíaca”.

Aludem tais biógrafos que a família, composta por Isabel Maria, Theotônio e Francisca de Paula, transferiu-se de Santo Antonio do Rio das Mortes para a Vila de Baependi em 1818, onde fixou moradia, estando as crianças, na ocasião, respectivamente com 12 e 10 anos de idade, quando, então, teria ocorrido o óbito de Isabel. Segundo Lefort (obra citada pág 15) Isabel Maria “veio a falecer justamente na hora em que aquelas duas crianças mais precisavam de sua proteção e amparo”. A professora Seda (obra citada pag. 73) diz que “não podemos colocar precisão, se no ano de 1818 ou em 1820 faleceu Izabel Maria Egipcíaca, em Baependi, deixando uma herança de união e religiosidade para seus dois filhos.”

Nenhum dos estudiosos da vida de Francisca de Paula logrou, contudo, encontrar informações sobre o tempo que decorreu do falecimento de Isabel Maria, tido por eles como entre 1818 a 1820, quando aquela estaria com 10 anos de idade e sua vida adulta, de modo a aferir as condições em que passaram os dois órfãos a viver em Baependi. Afinal, como viveram duas crianças em uma cidade a elas estranhas, sem parentes identificados, ou mesmo entidades assistenciais que pudessem acolhê-las, como ocorre nos dias de hoje? Vale dizer que naquela época já havia o Juiz dos Órfãos, autoridade que zelava por filhos inocentes que perdiam seus pais, o que era comum, diante da proliferação de doenças, ausência de amparo de saúde e trabalho com muito esforço físico. Daí ser normal que referida autoridade tivesse chamado para si a tutela e custódia das crianças. Contudo, se tal tivesse ocorrido, com certeza, alguma prova documental dessa situação seria encontrada nos dias de hoje.

É certo que Theotônio, na idade adulta teve trabalho digno, foi comerciante, fazendeiro, político e autoridade como Juiz de Vintena, além de cargo na Guarda Nacional, conforme relata Gaetano Passarelli (obra citada pag 62) “...em 1823 com 19 anos completos, começa a carreira de Teotônio: tendo os requisitos necessários foi nomeado juiz de vintena pela Câmara de Baependi e, em 1824, confirmado para mais um ano”.

O certo é que nada se localizou no sentido de demonstrar como viveram as crianças até a fase adulta.

Ausente ainda nos estudos, até hoje publicados, qualquer prova do falecimento de Isabel Maria, muito embora haja unanimidade, como se disse, no sentido de que ela teria falecido em Baependi, tão logo ali chegou em companhia dos “dois filhos” ou até 1820.

Pois bem. Encontramos no Livro de Registro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora do Montserrat, Paróquia de Santa Maria de Baependi, relativo ao período de outubro de 1841 a maio de 1869, não só o assento de óbito de Isabel Maria, mãe de Francisca de Paula – a Nhá Chica - como, na sequência, o seu testamento transcrito, como era regra, no livro eclesiástico, após o registro do falecimento.

Tal fato, como se verá, modifica a biografia de Nhá Chica até aqui conhecida, destitui muitas informações e suposições construídas há mais de 60 anos pelos pesquisadores e estudiosos de sua vida.

Se verá, por exemplo, o dia, mês, ano do falecimento e local de sepultamento de Isabel Maria; seu nome real; sua filiação verdadeira, o que destitui aquela de que era filha de Roza Benguela; se verá a confissão que fez para justificar a origem "natural" de seus filhos, que eram três e não dois; se verá que faleceu quando seus filhos eram já adultos, sendo que Francisca de Paula estava, na ocasião, com 35 anos de idade e não com 10, como amplamente se afirmou até aqui.

Vamos aos fatos.

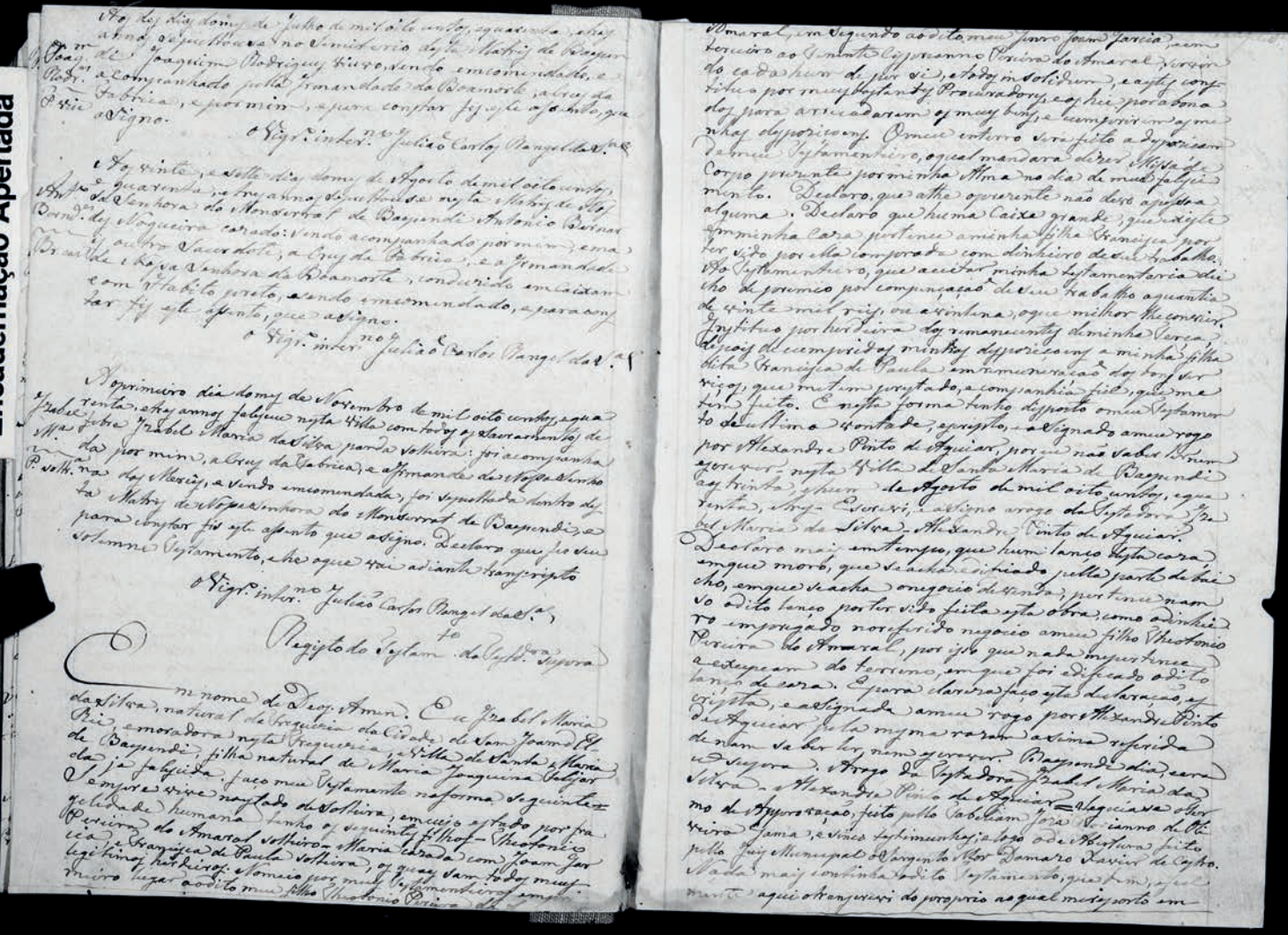
Assento do óbito de Isabel Maria

Fonte : Livro de Óbitos da Igreja Nossa Senhora do Montserrat – Paróquia de Santa Maria de Baependi – relativo ao período de outubro de 1841 a maio de 1869 – Fls 4 no original e 7 no livro digitalizado, agora copiado na sua forma original:

"Ao primeiro dia do mês de novembro de mil oito centos e quarenta e tres annos faleceu nesta Villa com todos os sacramentos, de febre, Isabel Maria da Silva, parda, solteira: foi acompanhada por mim, através da fábrica e Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, e vindo encomendada, foi sepultada dentro desta Matriz de Nossa Senhora do Monserrat de Baependi, e para constar fiz este asento que assigno. Declaro que fiz seu solene testamento e que vai adiante transcripto."

O Vigário Interino Julião Carlos Rangel da Silva

Fotografia: Antônio Claret



Testamento de Isabel Maria Registro do testamento da testadora supra.

Em nome de Deos. Amém. Eu Isabel Maria da Silva, natural da Freguesia de San Joam El Rei e moradora nesta Freguesia, Villa de Santa Maria de Baependi, filha natural de Maria Joaquina Felisarda, já falecida, faço meu testamento na forma seguinte : Sempre vivi no estado de solteira, em cujo estado por fragilidade humana tenho os seguintes filhos – Theotonio Pereira do Amaral, solteiro, Maria casada com Joam Garcia e Francisca de Paula, solteira, os quais sam todos meus legítimos herdeiros. Nomeio por meu testamenteiro, em primeiro lugar o dito meu filho Theotonio Pereira do Amaral, em segundo ao dito, meu genro Joam Garcia, em terceiro ao Tenente Cyprianno Pereira do Amaral, sendo cada hum de per si e todos in solidariamente e após constituo por muy bastantes Procuradores e os hei por abonados para arrecadarem os meus bens e cumprirem as minhas disposições. O meu enterro será feito a desposição do meu testamenteiro, o qual mandará dizer Missa de corpo presente por minha Alma no dia do meu falecimento. Declaro, que athé o presente não devo a pessoa alguma. Declaro que huma Caixa grande, que existe em minha casa pertence à minha filha Francisca por ter sido por ella comprada com dinheiro de seu trabalho. Ao testamenteiro que aceitar minha testamentaria deicho de premio por compensação de seu trabalho a quantia de vinte mil réis, ou vintena, o que melhor lhe convier. Instituo por herdeira dos remanescentes de minha terça, depois de cumprida minhas disposições, a minha filha dita Francisca de Paula, em remuneração dos bons serviços, que muito me tem prestado, e companhia fiel. E nesta forma tenho disposto o meu testamento de última vontade, escripto e assignado a meu rogo por Alexandre Pinto de Aguiar, por eu não saber ler nem escrever, nesta Villa de Santa Maria de Baependi aos trinta e hum de Agosto de mil oito centos e quarenta annos. Escrevi e assigno a rogo da testadora Isabel Maria da Silva – Alexandre Pinto de Aguiar. Declaro mais em tempo, que hum lanço desta casa em que moro que se acha edificado pella parte debaixo, em que se acha o negócio de venda, pertence o novo dito lanço por ter sido feita esta obra com o dinheiro empregado no referido negócio a meu filho Theotonio Pereira do Amaral, por isso que nada me pertence a excepçam do terreno em que foi edificado o dito lanço da casa. E para claresa faço esta declaração escripta e assignada a meu rogo por Alexandre Pinto de Aguiar pela mesma não saber assignar referida de nem saber ler nem escrever. Baependi dia e mês supra. A rogo da testadora Isabel Maria da Silva. -Alexandre Pinto de Aguiar. O termo de Approvação é feito pello Tabeliam Jose Florianno de Oliveira Gama, e cinco testemunhas a rogo de abertura feito pelo Juiz Municipal Sargento Mor Damaso Xavier de Castro. Nada mais continha por mim fielmente aqui transcrevo do próprio ao qual me é exposto do primeiro testamenteiro e herdeiro Theotonio Pereira do Amaral e feita sem causa que duvida faça. Villa de Santa Maria de Baependi, 1º de outubro de 1843, Digo 4 de novembro de 1843.

Vigário interino – Julião Carlos Rangel da Silva

Conclusões

Com este trabalho de pesquisa, resultado de exames em livros eclesiásticos, oferecemos a todos os devotos de Nhá Chica, assim como a todos que postulam sua canonização e zelam por sua biografia, elementos solidificados em provas materiais irrefutáveis, revestidas de altíssimo grau de confiabilidade, erigidas na fé eclesiástica de que desfrutaram, eis que produzidas por sacerdote, colhidas em livro paroquial, que esclarecem:

1 – Isabel Maria faleceu em Baependi em 01 de novembro de 1843; Francisca Paula contava com 35 anos de idade, eis que nascera em 1808.

2 – O nome da mãe de Francisca de Paula é “Isabel Maria da Silva”.

3 – Isabel Maria foi sepultada no interior da Matriz de Baependi; conforme costume da época, os sepultamentos eram feitos no adro ou no interior do templo. Em Baependi tal acontecia conforme se vê em vários livros de óbitos do período indicado.

4 – Isabel Maria era filha “natural” de “Maria Joaquina Felisarda”; cremos que há engano no tocante ao divulgado assento de nascimento de Isabel, como sendo filha de Rosa Benguela. Possivelmente deve tratar-se de outra Izabel, pois esse nome era muito comum nos anos de setecentos e oitocentos; em segundo lugar temos, principalmente, que “Maria (...) Felisarda” consta como madrinha de Theotônio no assento de seu batizado datado de março de 1803(cf. Rita Elisa Seda, obra citada página 50), avó que era do batizando.

5 – A família era composta pela mãe, três filhos do mesmo ventre e um genro, declarações essas confirmadas no testamento de Theotônio; Isabel nomeia o

marido de Maria, Joam Garcia, como “meu genro”; é importante ressaltar, também, o fato de ter Isabel nomeado como terceiro testamentário o Tenente Cypriano Pereira do Amaral, este casado com Silvéria Cândida da Fonseca em 21/02/1830 em Baependi(Livro de Matrimônio da Igreja N.S. Monserrat de 1800 a 1832 fls 198), que portava o mesmo sobrenome de Theotônio.

6 – A “Caixa grande”, móvel legado à Francisca de Paula no testamento, que se encontrava no interior da casa e que foi por ela adquirida com fruto de seu trabalho, aparece no auto de arrecadação dos bens do seu inventário, o que indica que manteve esse utensílio doméstico sempre em sua moradia.

7 – Os filhos de Isabel Maria não ficaram “órfãos”; Nhá Chica enganou-se ao dizer a Henrique Monat que

ficou órfã aos dez anos. Na ocasião já estava em avançada idade e como outros tópicos da entrevista deixam transparecer estava confusa quanto aos fatos narrados.

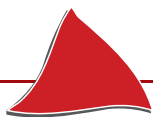
8 – A família habitava uma casa em forma de sobrado, em cujo pavimento térreo, chamado de “lanço”, havia um estabelecimento comercial - “Venda” - construído por Theotônio e, possivelmente, por ele explorado. Esse imóvel, cremos, estava situado na Rua do Comércio, como referido no seu testamento.

Veritas quae sera tamen

São Paulo, aos 15 de setembro de 2015.

***Advogado, Assessor Parlamentar na Câmara de Vereadores de São Paulo**

*Isabel Maria faleceu
em Baependi em 01
de novembro de 1843;
Francisca Paula contava
com 35 anos de idade, eis
que nascera em 1808.*



Uma história proibida pelo golpe de 1964

Jurandir Persichinni Cunha*

“O 1º de abril de 1964 encontrou a mina de Morro Velho paralisada, em defesa da democracia. Ao apelo do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) por uma greve geral de resistência ao golpe, só houve duas respostas positivas: a dos ferroviários da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e a dos operários da mina de Morro Velho, em Minas Gerais. Quando os mineiros se preparavam para uma passeata e concentração, a cidade foi ocupada pelas forças policiais. Com o Sindicato fechado, os líderes detidos e a cidade militarizada, eles voltaram ao trabalho no dia seguinte. [...] Inúmeros operários tiveram suas casas invadidas e metralhadas. Mais de cem foram presos e processados com base na famigerada Lei de Segurança Nacional (LSN). Uma longa noite de silêncio e terror caiu sobre a mina, a cidade e todo o país.”

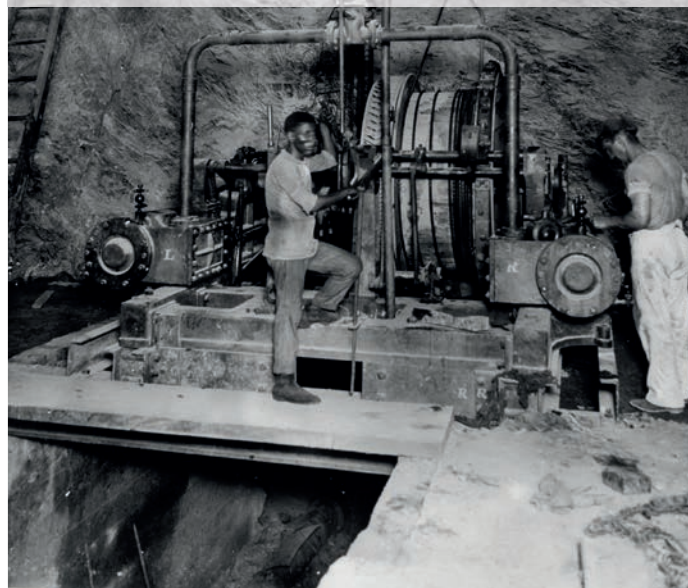
Antecedentes históricos

As cidades históricas mineiras de Ouro Preto, Vila Rica, Mariana, Caeté, Santa Bárbara, Sabará, Tiradentes e São João Del Rey tiveram seu apogeu no Ciclo do Ouro. O Arraial das Congonhas, construído pelos mineradores no século XVII, surgiu no encontro do rico Ribeiro do Campo (hoje Ribeirão do Cardoso) – em que chegara Domingos Rodrigues da Fonseca, bandeirante ligado a Borba Gato – com o Ribeirão dos Cristais. Em 1714, o vilarejo passou a chamar-se Congonhas do Sabará. Em 1891, mudou seu nome para Villa Nova de Lima. Em 1923, converteu-se na sede do Município de Nova Lima.

Fotografias: Divulgação

Fotos a seguir:

- Nas entranhas da Mina de Morro Velho;
- Nas profundezas da Mina a mais de 3.000 metros abaixo do nível do mar;
- O trabalho na mina era insalubre, a mais de 50° C, sem ar e poeira de sílica que provocava a terrível doença: silicose.



A fundação da Saint John D'El Rey Mining Co. ocorreu em Londres, em 1830, patrocinada pelos investidores ingleses que haviam comprado as minas de São João D'El Rey, até então pertencentes ao grupo de sócios encabeçado pelo alemão George Such. Como as extrações frustraram as expectativas dos novos proprietários, em quatro anos acabaram desativadas. Após muitas buscas, a Companhia transferiu suas atividades para o Arraial de Congonhas, onde adquirira as terras de Morro Velho. Entre 1839 e 1860, obteve lucros líquidos no valor de £466.88, representando oito vezes o investimento inicial e o amortizando.

A partir de então, Nova Lima passou a abrigar uma colônia de europeus, que contribuiu para o sincretismo de novos costumes, inclusive culinários e vocabulares. Além da influência na vida cotidiana, a ostensiva presença inglesa favoreceu a consciência popular sobre as diferenças de classe, o que contribuiria para a deflagração de um forte movimento reivindicatório. Nos anos 1930, a Mina de Morro Velho já tinha cerca de oito mil operários, em torno dos quais girava a vida urbana. Em 1954, as galerias já haviam descido a quase três mil metros, tornando-se a mais profunda do mundo.

Todavia, tal como em 1886, quando trabalhadores vivos haviam sido soterrados às dezenas em um desabamento da mina a 570 metros de profundidade, as condições de trabalho eram deploráveis. Depõe um operário:

“Lá tem o choco que esmigalha, a queda num poço que esquarteja, o atropelamento pelas locomotivas elétricas que mutilam e esfrangalham, o fogo falhado que estilhaça, o fio elétrico que carboniza, as portas de ventilação que amassam, os elevadores que decapitam, o gás grisu que asfixia, a pneumonia fatal da silicose que ataca os pulmões e mata...”

Com a expansão do processo extrativo do ouro, trabalhadores, recrutados da roça, chegavam em caminhões “paus de arara”. A consolidação do moderno mundo laboral, com a proletarianização intensa e seus embates sociais característicos, criou condições para a fundação do Partido Comunista do Brasil, que por sua vez incenti-

vou, já nos anos 1930, a organização dos operários. Com o tempo, Nova Lima passou a ser conhecida como a “cidade vermelha”, enquanto Raposos, o novo município que lhe foi desmembrado, ganhou a alcunha de “moscouzinha”, devido ao peso do movimento comunista.

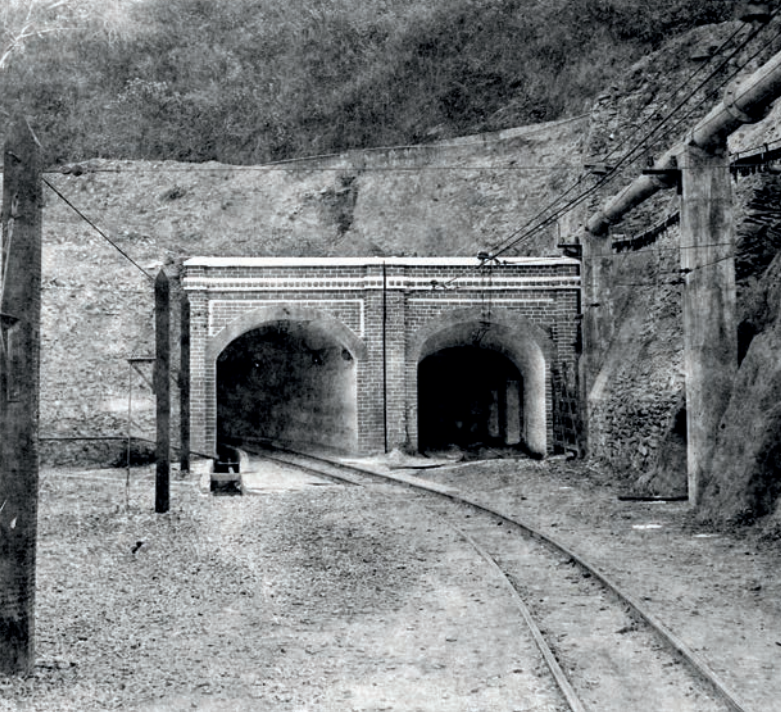
Surge o Sindicato

A criação do Sindicato, em 1934, foi um marco. Segundo um antigo dirigente:

“O Sindicato é a casa do operário. É a organização que defende seus interesses mais imediatos. É a sua escola de luta. O primeiro dever, e de todo trabalhador, é ingressar em seu sindicato. O segundo é fazer com que a direção desses sindicatos lute pelas suas reivindicações econômicas e políticas e o defenda realmente contra a ganância dos patrões e a falsa neutralidade do governo desses mesmos patrões. O terceiro é fazer com que seus sindicatos não se isolem dos demais setores do proletariado, mas pelo contrário, por meio de ações comuns de atos, frente única etc., se esforcem para que se tornem uma realidade.”

A luta para formar a entidade representativa começou na casa de um sapateiro, com três mineiros. O anfitrião acabou preso e expulso da cidade. Todavia, longe de matar o movimento, a truculência fracassou: uma assembleia com 17 mineiros e outra com 447 inscreveram os associados pioneiros. Na primeira eleição para a Diretoria concorreram duas chapas: a apoiada pelos 17 fundadores obteve 93% dos votos; a outra, manipulada pela empresa, apenas 7%. Na ocasião, preencheram-se os cargos de presidente, vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, procurador e bibliotecário, esse encarregado da formação política. Também foi escolhido o Conselho Fiscal. O mandato era de um ano, até a CLT estabelecer a regra de eleições bianuais.

No período de pluralismo sindical – 1934 a 1939 –, disputavam a representatividade o “Sindicato de Baixo”, com apoio maciço dos trabalhadores, e o “Sindicato de Cima”, manipulado pelos patrões ingleses. Todas as novas contratações implicavam, automaticamente, a associação ao sindicato pelego, que por sua vez recebia



as mensalidades por meio de descontos compulsórios na folha de pagamento e distribuía benesses protecionistas, como diminuição no prazo para receber casa de aluguel simbólico, concessão de lotes e manutenção do emprego.

Em 1936, a Companhia dispensou os 17 fundadores, acusando-os de “extremistas”, pretendendo enfraquecer a entidade legítima e obstar a emergência de novos ativistas. O “Sindicato de Cima”, porém, sequer conseguia realizar assembleias. Sob o regime oficial do Estado Novo, os mineiros quebraram, na prática, certos condicionamentos atribuídos ao sindicalismo. Ademais, os dirigentes sempre procuraram atingir a vida dos mineiros em sua totalidade e cotidianidade: trabalho, Sindicato, cidade e família: nascimento, casamento, aniversário, religião, cultura, festas, esportes, jogos, botequins e boemias. Várias associações se gestaram no ambiente popular.

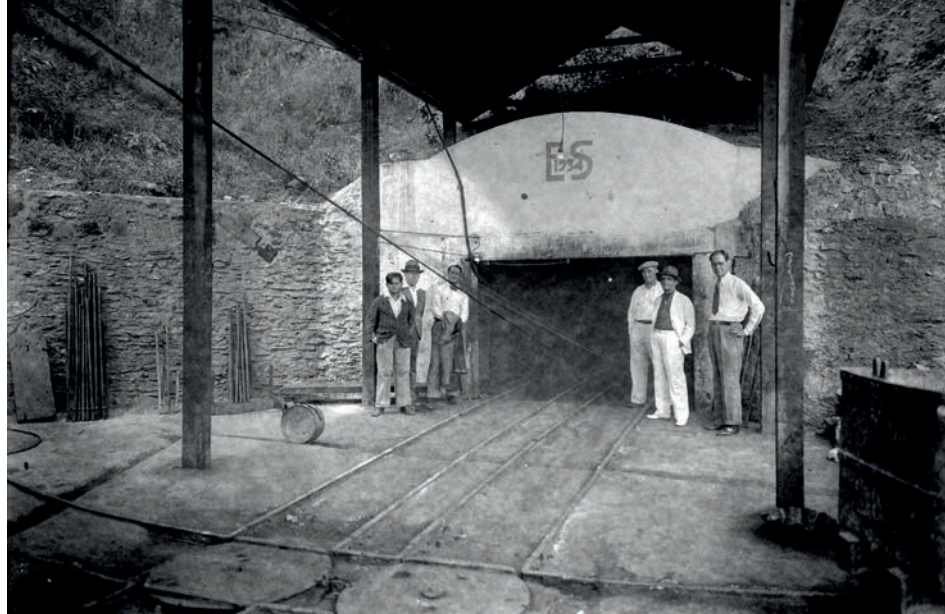
Por meio de ações concretas, o Sindicato impediu a burocratização e consolidou ampla representatividade, em vez de substituir a classe. Assim enfrentou a constante e dura repressão. A rotatividade dos cargos eletivos inibiu a formação de uma camada privilegiada, ligada a interesses próprios. Em suma, tornou-se tradição a re-

solução ampla e democrática das questões, a não ser quando havia delegação explícita de prerrogativas pela assembleia. Com o tempo, os diretores passaram a ser uma espécie de órgão executivo do fórum máximo que se reunia uma ou duas vezes por mês, em caráter extraordinário. Assim foi enfrentada a repressão.

Outras experiências relevantes

A formação de ativistas era permanente. As assembleias indicavam os componentes de sua mesa. As campanhas e greves se amparavam em uma teia solidária. Formavam-se comissões móveis para negociações com o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho, a Presidência da República e o Governo de Minas Gerais. Nesses coletivos se destacavam os mineiros, ativos ou aposentados, com suas mulheres e viúvas. A participação feminina foi valorizada. O movimento incorporou as mulheres e muitas se tornaram militantes ou simpatizantes comunistas. Sua atuação se revelou proeminente no Sindicato e nas comissões de rua ou bairro.

A campanha salarial era prioritária: formavam-se comissões para estudo, divulgação e propaganda, realizava-se a agitação dentro e fora da mina, faziam-se ins-



crições nos carros ou pedras das galerias e nos muros da cidade. Explica um mineiro:

“Estudo do concreto: situação financeira da Companhia; produção; valor do preço do ouro no mercado internacional; folha de pagamento da Companhia; cálculo do aumento salarial a ser exigido. Tínhamos elementos de confiança em todos os pontos estratégicos da Companhia. Era fácil obter outros dados, como a folha de pagamento, a cotação do ouro, etc. Depois era só fazer as contas, calcular os lucros, fazer os gráficos. Conhecendo os lucros e os salários, podia-se reivindicar.”

A comissão salarial era a ponta-de-lança do movimento, provando que a Companhia podia pagar o aumento reivindicado, incorporando-se à diretoria e participando dos entendimentos diretos com a Companhia, durante as negociações. Cada proposta era levada à base, que a discutia em assembleia. Lembra um sindicalista:

“Tinha-se que ganhar o mineiro. A maioria vinha da roça. Não tinha salário antes. Chegava em Morro Velho e achava que era muito o que ganhava. Convencer, e não vencer, era a nossa tática. Não se faz isso em semanas. Levava meses, desde o início da campanha. [...] “As comissões femininas calculavam o aumento de preço dos mantimentos. A comissão salarial mostrava na assembleia do Sindicato os gráficos de produção de ouro, salários pagos, aumento do custo de vida. Numa campanha salarial a Companhia dizer que não podia aumentar;

era piada. Dava trabalho, mas compensava.”

Uma das comissões importantes era a Cipas, que percorria todos os lugares da mina e se reunia com a direção da Companhia, para apresentar as reivindicações: sanitários, escoramentos, encanamentos, capacetes, botas, máscaras, luvas, lanternas e assim por diante. O Fundo de greve também era fundamental. Formado por mineiros na ativa, aposentados e mulheres, enviava cartas ao governador, ao prefeito e a outros sindicatos, solicitando auxílio. O Livro de Ouro, tantas vezes potencializado pelo lema de “não vamos passar fome” e não raro sem mencionar a finalidade da coleta, era assinado por autoridades e outras pessoas.

O regime militar tentou esconder e destruir tais experiências, falseando a história do movimento operário, do sindicalismo, de Minas e do Brasil. A Covemg, fiel a suas finalidades, atribuições e tarefas, está produzindo um relatório sobre as violações dos direitos dos trabalhadores na Mina Morro Velho, assim como dos cidadãos de Nova Lima e de Raposos, entre 1946 e 1988. essa será sua contribuição para o resgate da Memória e da Verdade, na perspectiva de favorecer a consecução da Justiça

* As citações e informações utilizadas estão em “Mina de Morro Velho – A extração do homem”, de Yonne de Souza Grossi, e no site A VERDADE.

***Jornalista e membro da Comissão da Verdade em Minas Gerais**

Galeria de ARTE



www.iarremate.com



Educando com arte

*Projeto integrado de educação patrimonial e educação fundamental,
no Museu das Reduções, para alunos dos 5º e 6º anos.
Informações: (31)3553-5182 / museudasreducoes@gmail.com*

INDIC
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO CULTURAL